

## Estudo sobre o fortalecimento do turismo comunitário na Ilha Diana, Santos (Brasil)

**Renato Marchesini\* José Alberto Carvalho dos Santos Claro\*\***

Universidade Federal de São Paulo (Brasil)

**Almir Martins Vieira\*\*\***

Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil)

**Sylvia Helena Souza da Silva Batista\*\*\*\***

Universidade Federal de São Paulo (Brasil)

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo descrever o processo de fortalecimento do turismo comunitário da Ilha Diana, na Cidade de Santos, litoral paulista, no Brasil e entender como se deu a intervenção e identificação de meios para garantir e salvaguardar a preservação das tradições locais por meio do turismo comunitário sustentável. A estratégia de pesquisa usou o estudo de caso único, constituído por um protocolo que se utilizou da observação participante, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Identificou-se os meios usados para manter e auxiliar na preservação das tradições tidas como locais com a ideiação de um modelo para o fortalecimento comunitário e turístico. Foram identificadas diretrizes-chave para programas de visitação a comunidades enquanto bases para políticas locais voltados à promoção e ao desenvolvimento socioambiental e propositura de bases conceituais e práticas para o estabelecimento de modelos de gestão de destinos turísticos com foco na conservação do patrimônio material e imaterial.

**Palavras-chave:** Turismo; Identidade; Instrumento Social; Fortalecimento Comunitário; Brasil.

### Study on the strengthening of community tourism on Ilha Diana, Santos (Brazil)

**Abstract:** This study is directed at describing the process of strengthening community tourism on Ilha Diana, in the City of Santos, on the coast of São Paulo, Brazil, and to understand how the intervention and identification of means to guarantee and safeguard the preservation of local traditions through sustainable community tourism took place. The research strategy used a single-case study, consisting of a protocol that used participant observation, bibliographical research, and documentary research. The means used to maintain and assist the preservation of traditions considered local were identified with the idea of a model for community and tourism strengthening. Key guidelines for community visitation programmes were identified as bases for local policies aimed at promoting socio-environmental development and proposing conceptual and practical bases for establishing management models for tourist destinations with a focus on the conservation of tangible and intangible heritage.

**Keywords:** Tourism; Identity; Social Instrument; Community Empowerment; Brazil.

\* <https://orcid.org/0009-0001-4223-0555>; E-mail [renato@caicaraexpedicoes.com](mailto:renato@caicaraexpedicoes.com)

\*\* <https://orcid.org/0000-0003-1319-2382> E-mail [albertoclaro@albertoclaro.pro.br](mailto:albertoclaro@albertoclaro.pro.br)

\*\*\* <https://orcid.org/0000-0002-0523-3976> E-mail [almir.vieira@gmail.com](mailto:almir.vieira@gmail.com)

\*\*\*\* <https://orcid.org/0000-0002-5161-1886> E-mail [sylvia.batista@unifesp.br](mailto:sylvia.batista@unifesp.br)

**Cite:** Marchesini, R.; Claro, J.A.C.S.; Vieiora, A.M. & Batista, S.H.S.S. (2024). Estudo sobre o fortalecimento do turismo comunitário na Ilha Diana, Santos (Brasil). *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 22(3), 513-525.  
<https://doi.org/10.25145/j.pasos.2024.22.034>

## 1. Introdução

### 1.1 Problematização

O turismo comunitário é o conjunto de atividades e serviços para as comunidades que recebem visitantes, permitindo-lhes trabalhar no ecossistema local e em seu próprio espaço, divulgando suas tradições, conhecimentos e cultura. É visto como uma ferramenta ou instrumento de organização das comunidades que exige que as famílias se envolvam de forma ativa em todas as etapas do trabalho: planejamento, execução, avaliação e monitoramento das atividades (Marchesini & Cruz, 2012). Esta pesquisa, longitudinal, já é realizada desde o ano 2000 por estes pesquisadores para entender este fenômeno. Trata-se do esforço da reorientação da experiência turística, trocando a massificação por uma vivência autêntica, mais próxima da realidade local (tanto da comunidade, quanto dos espaços e usos tradicionais de forma sustentável). Reside aí a essência do turismo comunitário: prática da visitação intencional a “alma” do lugar e das pessoas que o habitam (Santos, 2010: 127). Ginzburg (2013) acredita que a história, com uma relação específica com o passado, sugere alguns elementos que são parte de nosso legado cultural, e que devem ser preservados. A memória é constantemente remodelada e nos fornece instrumentos que estão sempre abertos à rejeição. Esses instrumentos possibilitam a confirmação de dados e de memórias.

Quando se fala sobre Preservação da Memória e Patrimônio Histórico, automaticamente somos direcionados a um conceito de identidade cultural, social, econômica, artística e religiosa. Segundo Le Goff (1990), a memória acaba por estabelecer um vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha. Esse vínculo, que se torna afetivo, possibilita que a população (de um lugar) passe a se enxergar como sujeitos da história, que possuem direitos e deveres para com a sua localidade. É pertinente afirmar que o turismo comunitário tende a fortalecer vínculos, ajudar a mudar a imagem que as pessoas têm (residentes e visitantes) destes territórios e comunidades. Assim colaborar para a manutenção da qualidade de vida da população local, uma vez que atrai investimentos e propicia o consumo. Pode estabelecer novas relações e fortalecer relações comunitárias já existentes. É complexo por envolver pessoas, desejos, ansiedades, expectativas e perseverança, levando à necessidade de reflexão e planejamento, de forma holística e sustentável (Marchesini, 2018).

Temos aqui um processo que pode levar a um sentimento de cidadania. A cidadania só se constrói com o reconhecimento e o respeito pelas diversas expressões culturais e formas de viver. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural presente em toda parte – dos vestígios pré-coloniais até as manifestações populares atuais – passa a ser entendido não como mercadoria de consumo para o turista, mas como fonte de reflexão sobre sua própria posição no mundo e os rumos da nossa sociedade contemporânea. Tem-se, também, a cultura, que como componente central de estímulo aos deslocamentos, torna-se importante instrumento de formação de uma cidadania crítica e de conscientização social (Resende, Sales, Rocha, Santos, & Couto, 2019).

O objetivo geral deste texto é identificar meios utilizados pela comunidade estudada para garantir e salvaguardar a preservação das tradições locais por meio do turismo comunitário sustentável. Parte-se do entendimento de como o turismo e a cidadania podem ser intimamente relacionados quando a comunidade anfitriã for suficientemente preparada para estar consciente do seu papel de agente de proteção do patrimônio e quando, nas viagens, além de conhecer outras realidades, é oferecida adequadamente ao turista a possibilidade de perceber e valorizar a diversidade cultural brasileira. Nesse processo, a interação com as comunidades envolvidas na preservação de seus bens culturais é imprescindível, tanto para a fruição do passeio, quanto para o crescimento do ‘cidadão turista’. Objetiva-se, ainda, verificar se o empreendedorismo social está pautado nas ações que desenvolvem o coletivo; elabora bens e serviços voltados à comunidade; tem seu foco na solução para os problemas sociais; mede seu desempenho pelo impacto social e ambiental que produz, busca o resgate e a promoção de pessoas. O olhar para si, sob essa perspectiva, significa também olhar para o outro, olhar para fora, reconhecer as diferenças socioculturais, compreender que é possível viver de formas distintas e conviver. Na contramão do mundo em que vivemos, o patrimônio não está sob o domínio do efêmero e do imediato, mas resulta do acúmulo e da experiência. Nele se funde o nosso melhor como cidadãos e, se soubermos alcançar a amplitude dos seus significados, neles estarão muitas das nossas chaves para encontrar uma forma particular para o nosso projeto de desenvolvimento (CAU/SP, 2017).

Na construção social de uma comunidade é natural que se busque resgate de suas memórias. Costa (2007) cita que um dos fenômenos trágicos das sociedades pós-modernas é a ausência (ou perda) da memória, seja ela individual ou coletiva. Os modelos situam-se nos moldes do liberalismo com suas nuances mais conservadoras ou progressistas. É preciso olhar para este patrimônio (bem cultural) como um recurso mobilizador, como ele de fato é, não apenas da economia dos serviços do turismo ou da

reabilitação urbana, mas como força capaz de nos apresentar contrapontos para olhar com mais senso crítico e lucidez à nossa volta (IPHAN, 2018). O patrimônio cultural e os bens culturais são uma importante chave política e social de reconhecimento e proteção de elementos culturais das diversas formas de existir que constituem cada canto e cada espaço e que dizem respeito às suas memórias e vínculos de identidade. É uma metáfora para um assunto maior que é a Civilização.

Este texto está estruturado da seguinte forma: a seção inicial contempla a Introdução, que traz uma contextualização do local da pesquisa e sobre o objetivo geral e específico, justificativa, problema e estrutura da pesquisa. Na seção dois encontra-se o referencial teórico com temas importantes para o desenvolvimento do trabalho. A seção três abrange os procedimentos metodológicos da vivência com a Comunidade da Ilha Diana e com outras comunidades. Na seção quatro constam os resultados. Na seção final as considerações, contribuições, limitações e sugestões para estudos futuros.

## 2. Referencial teórico

O turismo é um fenômeno social e pode ter distintos significados em função do papel que em dado momento exercem as pessoas. Responde a uma série de diversas e profundas necessidades do ser humano de espaço, movimento, bem-estar, expansão e repouso longe das tarefas impostas pelo trabalho cotidiano. De La Torre (1992: 19 apud Fonteles, 2004: 81), compreende o turismo como um deslocamento voluntário e temporário de pessoas por motivos espontâneos, que na maioria das vezes gira em torno do lazer, gerando inúmeras inter-relações de importância social, econômica, política e cultural. O turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares diferentes do seu local de residência, por um período consecutivo inferior a um ano, com propósitos de lazer, descanso, negócios e outros (OMT, 2001).

Um dos aspectos é o turismo consciente. O público está cada vez mais em busca de destinos que se importam com temas como o meio ambiente e responsabilidade social. Praticar o turismo consciente significa respeitar o ambiente que está conhecendo, valorizar a cultura e a história do local, colaborar para que os ecossistemas sejam preservados, incentivar os pequenos negócios locais e comunitários, buscando uma ética social de turismo. Oferecer uma forma mais consciente de viajar significa também que se terá uma experiência ainda mais enriquecedora e sustentável. Há a possibilidade de fidelização a segmentação do turismo comunitário.

A base do turismo está na recepção, na acolhida, na hospitalidade oferecida e na troca e interação entre as populações visitadas e os visitantes. Trabalhar com turismo é trabalhar com os sonhos das pessoas. Assim, viver é a arte de realizar sonhos, e viver é melhor que sonhar. Para se entender os impactos (efeitos, decorrências, implicações, consequências) do turismo, é necessário compreender sua ideia mais ampla, o conceito de meio ambiente, que envolve as dimensões sociocultural e econômica.

Para a implantação de uma atividade turística é necessário um cenário que motive alguém a ir visitá-lo. Havendo esse cenário, a população local deverá ter consciência do papel que passará a ter, na recepção dos turistas. Havendo a junção desses elementos, as consequências que se sucederem deverão estar delineadas para que o ambiente e comunidade local não venham a ter problemas com a presença dos turistas.

Os impactos afetam uma série de aspectos, podendo ser positivos ou negativos. É uma questão muito delicada e complexa, pois envolve conhecimento técnico e experiência, visão (a curto, médio, longo prazo), particularidades e características locais, grande percepção individual e a mensuração nem sempre é simples. Portanto, necessita-se de ampla pesquisa, monitoramento e avaliação constante, justificando-se este tema. Para isso, o planejamento deverá contabilizar todas as possíveis formas de impactos, prevendo, sempre que possível, a que nível, para que as consequências não sejam prejudiciais e já sugerir e implantar programas que minimizem os efeitos negativos e potencialize os efeitos positivos. O turismo deve ser planejado/executado/monitorado/avaliado/corrigido sempre que necessário, pois ao invés de trazer benefícios poderá afetar drasticamente o ambiente e a comunidade local envolvida. A seguir alguns pressupostos dos autores sobre o tema:

Aspectos positivos a serem considerados: Empregos, diversificação da economia, aumento da renda tributária, infraestrutura, melhoria da qualidade de vida da população, conservação do patrimônio, conservação de áreas naturais, criação de áreas protegidas, ações efetivas para a proteção cultural, natural, arquitetônica e outros.

Aspectos negativos a serem considerados: Transformação nas ocupações profissionais, comercialização excessiva da cultura local, aumento da população sazonal, perda da identidade cultural, poluição (água, ar, sonora, visual), danos aos lugares históricos e arqueológicos, degradação ecológica, violência e prostituição.

O turismo deve ser desenvolvido de maneira sustentável (equilibrado), sob os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Uma atividade ecologicamente responsável, socialmente justa e economicamente viável. Para Swarbrooke (2000), o turismo sustentável deveria satisfazer as necessidades dos turistas, mas também da indústria do turismo e das comunidades locais, isso sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. Essa definição integra os elementos ambientais, sociais e econômicos do sistema de turismo. Assim, turismo sustentável é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico, e o tecido social da comunidade local (Swarbrooke, 2000).

O turismo de base comunitária apresenta uma perspectiva de incorporação de atitudes mais responsáveis no turismo em relação às suas modalidades massivas, valorizando as práticas voltadas para a economia solidária, a autogestão da cadeia produtiva, o associativismo/cooperativismo e a valorização das culturas locais, enfatizando o protagonismo das comunidades locais (BRASIL, 2010a). Esse turismo comunitário prega a consciência de que lazer e turismo podem ser associados à prática de responsabilidade socioambiental. O turismo comunitário pode ser entendido como uma rede social que integra um conjunto de práticas originadas e incorporadas pela comunidade receptora, considerando a participação coletiva orientada para o benefício comum como o principal dispositivo de tomada de decisões (Pinto & Castro, 2013).

Para Silva, Lima e Christoffoli (2016), como os projetos comunitários são desenvolvidos observando os recursos locais, as potencialidades e as restrições da comunidade, é essencial que seja desenvolvido em escala limitada, contrapondo à macroestrutura do turismo de massa e, dessa forma, ajudando a minimizar e a controlar os impactos sociais e ambientais. Essas experiências valorizam práticas culturais e favorecem a distribuição dos benefícios econômicos entre todos os envolvidos. A pesca, agricultura, artesanato, culinária, dança, festas e toda forma de vida diária que comporta fazeres e saberes próprios dessas comunidades se constitui em atrativo turístico e é isso que o visitante deseja conhecer (Grimm & Sampaio, 2016).

Contudo vale ressaltar que o turismo comunitário deve ser sempre uma atividade econômica secundária, complementar, não devendo substituir as formas tradicionais de produção e vida. No turismo comunitário, os modos de vida tradicionais são importantes atrativos. Onde os visitantes podem encontrar nos saberes e fazeres dos moradores formas de lazer e conhecimento, pois os turistas são convidados a fazerem parte da rotina diária e a vivenciarem os modos de vida das comunidades. O turismo comunitário trata-se de um modelo de gestão da atividade turística cujas decisões estratégicas e práticas cotidianas subordinam-se aos interesses da população local diretamente afetada pelo turismo (Pinto & Castro, 2013).

A educação patrimonial, a preservação, os estudos de memória social e a historiografia local podem ser ações de valorização, entendimento e reconhecimento para comunidades periféricas dos grandes centros e dos atrativos turísticos e dos patrimônios oficiais. É possível acreditar na implantação de políticas que visam a preservação do patrimônio cultural do Brasil e a convivência com a atividade turística, desde que seja de gestão participativa e atividade pautada na sustentabilidade dos destinos, lugares, cultura e valores.

Nas particularidades da memória e da história, é importante mencionar que embora apresentem espaços de saber diferenciados, uma pode não se contrapor à outra. Os estudos mais recentes propõem que a interação entre memória e história é passível de enriquecer os dois polos. Entretanto, seja para apresentar as possibilidades de confluência, seja para apartá-las, ao falarmos da relação homem/tempo é imperiosa a reflexão da memória e suas relações com a história. Segundo Halbwachs (Halbwachs apud Leal, 2012:1), a memória individual existe a partir da memória coletiva. Para ele, todas as lembranças individuais são construídas no interior de um grupo social. Dessa forma, a “memória individual não está isolada”. A memória individual aproveita-se da memória dos outros para relembrar situações, tendo em vista uma base comum: um emaranhado de experiências vividas ao mesmo tempo pelas pessoas envolvidas direta e indiretamente em um fato. Logo, as memórias coletiva e individual estão interligadas, inseridas em determinado grupo para que o mesmo episódio possa ser comum aos seus membros (Souza, Cardoso & Leal, 2013). Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade e, sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Esse fundo comum, essa dimensão intersubjetiva e sobretudo grupal entre mim e os outros específica, diz-nos Halbwachs (1990), a memória coletiva. Os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, são, conforme Pollak (1992), em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo lugar, os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se deles participou ou não.

De modo geral, as propostas (turismo e cultura) se conversam e pode-se dizer que a cultura permeia todos os segmentos de turismo, uma vez que o turista é atraído pelo diferente, pelo novo, pelo característico, desde que lhe sejam garantidos conforto e segurança. O viajante, irá sempre se deparar com atividades culturais e associadas ao turismo: a arte, a gastronomia, o artesanato, outros produtos regionais, suas festas, celebrações e a cultura viva presente nos territórios visitados.

A Economia Solidária é um fenômeno de ordem social e econômica que vem recebendo atenção em diversos países por ser considerada uma atenuante de comportamentos econômicos excludentes que se observa na atualidade e que geram desigualdade social, tais como o desemprego e a má distribuição de renda (Rangel & Manolescu, 2012). Também é uma forma de produção, distribuição e consumo que se ocupa, principalmente, do bem-estar social e do desenvolvimento coletivo e sustentável. Dentro dessa perspectiva, surgem os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que são empreendimentos auto-gestionários, democráticos, igualitários, cooperativos, preocupados com o desenvolvimento humano e na responsabilidade social, entre outros valores solidários.

Os empreendedores dessa área (empreendedores solidários) se caracterizam por serem pessoas motivadas, comprometidas e perseverantes que desenvolvem comportamentos empreendedores a partir dos princípios e valores da Economia Solidária e a partir de uma necessidade de realização. A discussão sobre o papel social que as empresas devem desempenhar nos traz uma nova perspectiva, saindo de uma abordagem focada no lucro e trazendo perspectivas ambientais, políticas e sociais. Há mais cobranças das organizações para que estas atuem de modo a atender às necessidades sociais de seus diferentes stakeholders (Vieira, Parente & Barbosa, 2017).

O empreendedorismo social pode ser um negócio lucrativo, além de gerar desenvolvimento. Apesar de suas ações se voltarem para a busca do desenvolvimento social, sabe-se que ele busca inovar, por meio da descoberta de novas oportunidades em situações em que a criatividade e o tino para as encontrar (Hansen, Maciente, Andrade & Lima, 2019). O empreendedorismo social pode ser considerado “uma nova tecnologia social, pois sua capacidade de inovação e de empreender por meio de novas estratégias de ação faz com que sua dinâmica gere outras ações que afetam profundamente o processo de gestão social, já não mais assistencialista e mantenedor, mas empreendedor, emancipador e transformador” (Oliveira, 2004: 16).

Para formar um Empreendimento Econômico Solidário é necessário, primeiramente, que haja uma união de pessoas detentoras de objetivos em comum. Em seguida, é preciso organizar os objetivos e metas deste novo empreendimento, analisar sua viabilidade, quanto de investimento será necessário para sua criação, qual tipo de empreendimento pretendem criar, entre outros.

Outro ponto a ser compreendido é a diferença entre associações e cooperativas, e o fato de que isso determina o melhor modelo a ser adotado para uma comunidade como a estudada neste texto. A diferença de sua natureza estabelece o tipo de vínculo e o resultado que os participantes recebem de suas organizações. Para Singer (2003), o associativismo denomina toda ação coletiva alicerçada em uma modalidade qualificada de cooperação, ou seja, aquela que favorece a cooperação sem desconsiderar as coações impostas pela busca de competitividade sistêmica ou territorial. As associações são organizações que têm por finalidade a atividade social, representação política, defesa de interesses de classe, educacional, cultural e filantrópicas. Os associados não são propriamente os proprietários. Todo patrimônio acumulado em caso da sua dissolução, deve ser transferido para outra instituição semelhante, os ganhos porventura existentes pertencem à atividade fim da associação e não aos associados. As cooperativas são mais adequadas para desenvolver uma atividade comercial, de forma coletiva, com objetivo de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado e retirar dela o próprio sustento. O repasse dos ganhos é relacionado ao trabalho prestado por cada cooperante ou da venda dos produtos por eles entregues na cooperativa. São proprietários do patrimônio e seus ganhos que o negócio propiciará. E que porventura existam rendimentos extras, por decisão de assembleia geral, podem ser distribuídos entre os próprios cooperantes.

Para ser formalizado, o empreendimento deve cumprir uma série de exigências burocráticas. Toda essa burocracia resulta em um processo trabalhoso, de forma que empreendedores individuais ou coletivos optam por não formalizar seu empreendimento. Das exigências legais para formalização, podemos destacar a criação de um estatuto social, devidamente revisado por um advogado e ou contador, o que resulta em gastos administrativos, e na convocação e realização de assembleias para constituição do mesmo. O empreendedor ainda terá gastos com taxas do governo, que devem ser pagas no processo de formalização e, que são recursos financeiros que de início podem não ter sido previstos, não estando assim, disponíveis para arcar com as despesas.

Apesar de trabalhosa e burocrática, a formalização traz diversos benefícios para a organização, tornando-a um fator vantajoso para a estabilidade e sobrevivência dos empreendimentos. A legalização

possibilita ao governo a criação de programas para o incentivo ao crescimento e desenvolvimento dos Empreendimentos Solidários. Temos como exemplo, o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOP), com a finalidade de promover o desenvolvimento e a melhoria do desempenho econômico e social da cooperativa de trabalho, instituído pela Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 (BRASIL, 2012). Dos benefícios que podem ser adquiridos com os programas de incentivo governamentais, estão a possibilidade de estabelecer parcerias efetivas, facilidade de acesso ao crédito, emissão de nota fiscal, concessão de benefícios tributários, entre outros. Esses benefícios possibilitam a expansão do empreendimento e além disso, a participação em redes de comercialização. As organizações que estão em conformidade com a Lei, possuem maior segurança jurídica e credibilidade frente aos consumidores, colaboradores e governantes.

Por outro lado, as organizações informais não têm acesso aos benefícios do governo e apresentam dificuldades para adquirir matéria prima, uma vez que, podem não conseguir efetuar compras diretamente de um determinado fabricante, podendo ainda não conseguir a participação em feiras do setor, deixando de conquistar clientes e novos mercados. Formalizar seu empreendimento ou sua situação de empreendedor individual garante seus direitos de trabalhador e os incentivos disponibilizados pelo Governo. Para facilitar o processo de formalização, antes de iniciar os trâmites legais, é importante procurar as organizações que já são formalizadas, para se informar como se dá o processo, além de buscar informações na prefeitura da região em que o empreendimento está localizado.

De acordo com Coelho (2003), as finanças solidárias inserem-se no escopo de criação de economias solidárias como instrumento de democratização das relações econômicas, a partir da adequação de serviços financeiros às necessidades específicas de comunidades excluídas do sistema bancário tradicional. Nesse campo estão inseridas experiências como as moedas sociais, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos, clubes de trocas, cooperativas de crédito solidário e algumas experiências de microfinanças (Coelho, 2003; Singer, 2009).

A característica comum das experiências de Finanças Solidárias é que elas derivam de sistemas de reciprocidade e de ajuda mútua, que reatam e fortalecem os laços comunitários de proximidade (Freire, 2013: 45). Quando se trata de desenvolvimento solidário, é vital que haja a inclusão financeira e, com essas organizações é possível que as comunidades participem do processo econômico. No Brasil, o movimento de finanças solidárias ainda encontra muitas dificuldades já que existem diversos impedimentos à constituição de cooperativas de crédito e essas precisam estar incorporadas ao Sistema Financeiro Nacional.

As transações de capital dentro de um negócio estão todas ligadas à gestão financeira. Estas servem como base para que os administradores tomem decisões que possibilitem a execução dos projetos pré-definidos pela Organização. Para alguns, as finanças exercem o papel de coração da Organização. O gestor encarregado de cuidar das finanças de uma Organização desempenha um papel de controlador, principalmente no que diz respeito à entrada e saída de produtos e como esse processo afeta o caixa do empreendimento. Conforme Iale (2012), para obter sucesso nas operações da empresa, o planejamento financeiro deve ter fundamentação na realidade da organização, de maneira que corresponda ao seu planejamento estratégico.

O movimento das finanças solidárias tem como objetivo reduzir a pobreza do mundo, entretanto muitos indivíduos e empreendimentos solidários possuem dificuldades para obter apoio e crédito. Para a minimização desse problema foram criadas as Organizações de Finanças Solidárias. O empreendedorismo está disseminado e se coloca como atividade fundamental para a geração de riquezas, promovendo o crescimento econômico e aprimorando as condições de vida da população, aparecendo ainda como importante fator de geração de emprego e renda (GEM, 2017).

Cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada em valores como igualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social. Além da prestação de serviços comuns, visam diminuir desigualdades sociais, facilitar o acesso aos serviços financeiros, difundir o espírito da cooperação e estimular a união de todos em prol do bem-estar comum (Pagnussatt, 2004: 13).

É formada por um grupo de pessoas que se apoiam, sem fins lucrativos e tem por propósito a gestão de recursos financeiros da melhor maneira possível. O objetivo da cooperativa de crédito é prestar atendimento bancário aos associados com condições favoráveis. Concede crédito à população com menor poder aquisitivo, evitando alguns procedimentos que são comuns às instituições de crédito tradicionais. É uma iniciativa popular e por isso as operações são de menor valor e burocracia para aprovação. No Brasil, as cooperativas de crédito são semelhantes às instituições financeiras e, portanto, para funcionarem, precisam ser regulamentadas e autorizadas pelo Banco Central (Raposo, 2014).

Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento compõem o campo das finanças solidárias e podem ser vinculados ao empreendedorismo social como formas de organizações coletivas de apoio mútuo. Visam garantir o acesso ao crédito e estimular o desenvolvimento em comunidades empobrecidas por meio da organização da economia local, proporcionando novas interações socioeconômicas e a construção de uma realidade diferente da vivida pela comunidade (Raposo, 2014).

A história dos Bancos Comunitários no Brasil tem início no Conjunto Palmeiras – comunidade da periferia de Fortaleza (CE). No ano de 1998 a Associação Local de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) criou o Banco Palmas que tinha como meta básica o enfrentamento do desemprego e da pobreza dentro da comunidade. A ideia inicial da Associação era incentivar o consumo e a produção local buscando uma maior circulação de recursos dentro da própria comunidade (Siqueira, Mariano, Moraes, & Gorse, 2014). Para França Filho (2007), os bancos comunitários são experiências de economia solidária, e como tal, nos convida a experimentação de um outro tipo de economia (efetivamente a favor do bem-estar humano e social). Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares. O banco comunitário é criado pela comunidade, que passa a ser gestora e proprietária.

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) são poupanças coletivas para suprir determinadas necessidades dos seus participantes ou de outros grupos ou famílias mediante o consenso de regras acordadas pelos integrantes dos Fundos. Eles mobilizam, organizam e emprestam recursos a ‘pequenos projetos’ coletivos e alternativos, como empreendimentos econômicos solidários, mobilizações sociais ou atividades formativas (Favarin, 2018). O fundo rotativo solidário é um centralizador de recursos que giram e são distribuídos entre todos os participantes. Esse fundo, por exemplo, pode fortalecer o turismo comunitário uma vez que os recursos são doados de maneira voluntária por integrantes ou por ações governamentais. Considera-se um fundo, pois reúne recursos variados e é rotativo porque esses recursos são acessíveis a todos os membros.

São ‘rotativos’ porque apresentam algum tipo de ‘devolução de recursos’. Também são considerados instrumentos de Finanças Solidárias que, em tese, praticam a autogestão, formando uma poupança voluntária e reinvestem em prol da própria comunidade. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade e a regras de reciprocidade (Favarin, 2018). Esse mecanismo faz com que o fundo rotativo não chegue à escassez. E Solidário que significa que o fundo beneficia a todos os indivíduos igualmente. É como uma irmandade, visando o bem do coletivo. Na prática, uma família adquire um benefício e se compromete a reembolsar o fundo no futuro. Após o reembolso ela pode novamente retirar parte do recurso.

As moedas sociais surgem na economia solidária, mas são moedas não oficiais que facilitam a troca dentro de uma comunidade. Conhecidas também como moedas complementares, pois não afetam o poder do Banco Central de controlar a quantidade de moeda e crédito, além de não constituem uma ameaça ao sistema financeiro. As moedas sociais podem ser definidas como uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários a partir de um acordo entre membros dentro de comunidades locais como bairros ou cidades que são afetados pela exclusão financeira ou crises econômicas. Trata-se de um meio de pagamento que não tem a finalidade de suprimir as moedas nacionais e coexistem com estas. Além de servir de instrumento de estímulo à produção, a troca e a complementaridade de renda dentro de delimitações espaciais, possibilitam ainda a expressão da identidade local (Primavera, 2002; Menezes & Crocco, 2009; Pereira & Crocco, 2011).

### 3. Método

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, que “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações” (Minayo, 2001: 14). Desta forma, se preocupa com a compreensão de um grupo social, de uma organização sobre o gerenciamento de turismo comunitário em uma localidade situada em um destino costeiro. O método apoia o uso de uma diversidade de fontes de dados, o que possibilita o aprofundamento do estudo. A experiência da Comunidade da Ilha Diana foi selecionada, por ser um dos últimos núcleos de remanescentes de comunidade pesqueira do litoral centro do estado de São Paulo.

Apesar da influência dos centros urbanos próximos, Ilha Diana é uma das poucas comunidades da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), onde os traços da cultura caiçara ainda podem ser observados nas técnicas e artefatos (apetrechos) utilizados na pesca e na convivência com os recursos naturais (Ichikawa & Santos, 2006; Nascimento & Pedro, 2019; Souza, Cardoso & Leal, 2013; Ginzburg, 2013).

O bairro "Ilha Diana", localiza-se na área continental do município de Santos, no litoral do estado de São Paulo. Trata-se de localidade rural, onde há predomínio de comunidade tradicional caiçara, a qual sofre influência de costumes urbanos. Neste contexto, verifica-se um choque cultural, o que faz com que a população adote estilo de vida alheio ao habitual, distanciando-se, assim, de sua cultura ancestral. O turismo comunitário pode assim ser uma ferramenta de resgate e manutenção da cultura local.

A estratégia de investigação escolhida foi o estudo de caso único, que é definido por Yin (2010: 39-40) como "[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real, especificamente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes". Este tipo de estudo pode ser caracterizado como descritivo, pois busca apresentar um relato detalhado de um fenômeno social contemplando, por exemplo, sua configuração, estrutura, atividades, modificações ao longo do tempo e relacionamento com outros fenômenos (Yin, 2010).

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, optou-se pela realização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a realização de sessões de observação participante. Através de visitas técnicas no período de 2020 e 2021 e o convívio com a comunidade da Ilha Diana, cuja população gira em torno de 63 famílias e 200 moradores, em fase preliminar de preparação da pesquisa verificou-se o potencial do local para a recepção do turismo étnico (histórico/cultural/ambiental) e a necessidade da capacitação dos monitores de turismo para o receptivo do local.

A Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) aponta as necessidades:

- Torná-lo mais acessível às comunidades de acolhimento e aos visitantes;
- Promover e gerir o turismo no respeito e valorização do patrimônio e das culturas vivas das comunidades de acolhimento;
- Compreender a importância e a fragilidade dos conjuntos patrimoniais, dos acervos culturais e das culturas vivas, com o objetivo de preservá-las, a longo prazo;
- Estratégias que integrem a apresentação e a interpretação dos conjuntos patrimoniais, no contexto da sua proteção e da sua conservação;

Uma das vertentes que observaram o turismo como uma oportunidade de incremento de suas atividades é a do patrimônio cultural, reconhecendo a atividade turística como possibilidade de auxiliar na proteção deste, através da geração de divisas (Daibert & Santana, 2009).

#### 4. Apresentação e análise dos resultados

Permite-se refletir sobre a memória e os patrimônios locais, regionais e periféricos que, diferentemente dos atrativos turísticos e patrimônios consagrados, acabam pouco e/ou não representados socialmente. Apresenta-se uma proposta de elaboração de fortalecimento e organização social e a elaboração de roteiro de visitação turística em comunidades.

A possibilidade de aproveitamento das áreas protegidas para o turismo comunitário tem sido considerada, principalmente pelos gestores e formadores de políticas públicas, como uma estratégia para a conservação da biodiversidade destes locais. Toda a observação sobre a paisagem depende da nossa forma de encarar o fenômeno cognitivo da percepção. A percepção é sensorial. É estética. É uma percepção resultante do coquetel de experiências acumuladas (Ab'Sáber, 2004: 226).

Para a implantação de uma atividade turística, é necessário um cenário que motive alguém a ir visitá-lo. Havendo esse cenário, a população local deverá ter consciência do papel que passará a ter, recepcionando os turistas. Havendo a junção desses elementos, as consequências que se sucederem deverão estar bem delineadas para que a comunidade local não venha a enfrentar problemas com a presença dos turistas. Para isso, o planejamento deverá contabilizar todas as possíveis formas de impactos, prevendo, se possível, a que nível, para que as consequências não sejam profundas e já sugerir programas que minimizem os efeitos.

Apesar das evidentes condições favoráveis à prática do turismo sustentável, a realidade aponta para o sentido contrário. Em geral, as atividades turísticas desenvolvidas em grande parte dos destinos são infelizmente o de massa e com o mínimo envolvimento comunitário. Segundo Dias (2008), turismo sustentável é uma atividade que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto, reconhece explicitamente a necessidade de proteção do meio ambiente.

Buscando sempre a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais apoia que são: suportável ecologicamente em longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais.

Assim, propõe-se uma reflexão sobre a importância dos patrimônios regionais, memórias periféricas e histórias locais, memórias de territórios colonizados, que apresentam potencialidades na construção da identidade e no aporte a histórias que valorizem patrimônio cultural de regiões periféricas através do turismo comunitário.

Para estruturação e planejamento da comunidade da Ilha Diana, alguns aspectos devem ser considerados:

- a) Sensibilização dos impactos do turismo: A importância da compreensão de toda a comunidade que pretende receber visitantes dos pontos positivos e negativos do fenômeno do turismo. Desta forma buscar minimizar/extinguir os pontos negativos e potencializar os pontos positivos. Conteúdo abordado nesta pesquisa sobre os impactos do turismo.
- b) Respeito aos valores/costumes, paisagem, ritmo/tempo da comunidade: Cada comunidade tem sua própria dinâmica, suas características para dialogar com seus problemas e apresentar soluções. Portanto existe a necessidade da compreensão destes e o respeito a estas questões. Todo este processo envolve reuniões (oficinas) de trabalhos, em que a participação dos atores locais (maior quantidade possível) é fundamental.
- c) Comunidade (Protagonistas) - Atores principais: É essencial que os residentes (comunidade local/morador) sejam os principais atores de decisões sobre o planejamento, desenvolvimento e gestão do turismo. A comunidade deve ser o centro para a autogestão. A comunidade deve ser a base do turismo comunitário, a partir da construção conjunta com outros atores, nessa abordagem é presente a ideia de emancipação social.
- d) Cada Ator com atribuição: O desenvolvimento turístico é um processo que envolve atores sociais de várias esferas: pública, privada e terceiro setor. Como por exemplo: Comunidade, Agências de Turismo e Operadoras, Poder Público, Iniciativa Privada, Terceiro Setor e Instituições de Ensino e Pesquisa (BRASIL, 2010:16). Esse envolvimento ampliado para comprometimento em que cada personagem na rede do turismo comunitário tem seu papel definido. Neste âmbito são essenciais: Transparência nas Relações/Confiança, Pensar Junto/Consenso, Parceria/Acordo.
- e) Leis, decretos e condutas: Devem ser sempre trabalhadas e validadas com as comunidades.

Durante toda a jornada de convivência e estudo com as comunidades se traz nesta pesquisa o conceito de fortalecimento local dos seguintes temas: Autonomia (Emancipação); Autoestima (Valorização), Autogestão (Empoderamento/Apropriação), Autenticidade (Verdadeiro). Há a atenção a recursos: Editais (Públicos, Privados e Terceiro Setor), Convênios, Emendas Parlamentares, TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), Projetos de Responsabilidade Socioambiental e Conflitos com UCs (Unidades de Conservação): Direito à Terra e a Recursos. É importante ressaltar que o turismo comunitário é artesanal, a vivência é única, e cada experiência tem sua particularidade, valor ancestral e cultural.

Na elaboração e execução de um Roteiro de Turismo há muitas possibilidades podem ser adotadas na elaboração de um roteiro de turismo comunitário, o importante é respeitar as características locais. Quando os produtos e serviços comunitários forem distribuídos e comercializados por parceria de terceiros deve-se a atenção à venda e margens de ganhos. A maior fatia da renda deve ficar com a comunidade.

Deve-se mencionar a capacitação da comunidade da Ilha Diana, por um dos autores deste estudo, que implementou programa de qualificação profissional voltado aos moradores da localidade em questão. Foi feito um curso de formação de monitores para atuação no turismo, financiado pelo terminal portuário da EMBRAPORT (Empresa Brasileira Terminais Portuários), junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) como parte do processo de licenciamento ambiental e apoiado pela Prefeitura Municipal de Santos, para um grupo de 22 moradores, com carga horária de 48 horas.

Perante os visitantes, os monitores são os representantes da idoneidade e qualidade do atrativo turístico, cabendo a eles, portanto, zelar pelo nome do mesmo, pois na condição de representantes, qualquer mau serviço será de imediato atribuído ao atrativo turístico, que obviamente não compartilhará da culpa. Por outro lado, todo o reconhecimento favorável ao trabalho do condutor, o que refletirá sobre o atrativo turístico de maneira positiva.

A capacitação, via Moodle, teve por objetivo preparar o morador para o acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, durante o percurso, adotando todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução de um roteiro que traduza o modo de

vida desta comunidade. Funari e Pinsky (2003) afirmam que todas as movimentações implicam em contato humano e cultural, trocas de experiências entre os viajantes e a população local, parecendo ser essa a essência do turismo. Estes questionamentos trazem a ideia que se quer apresentar é a de que não é o que se vê, mas como se vê, que caracteriza o turismo cultural.

O turismo cultural efetiva-se quando da apropriação de algo que possa ser caracterizado como bem cultural. Um conjunto de bens com suas características únicas e particulares, geralmente associado a lugares específicos, forma o patrimônio cultural (Funari & Pinsky, 2003). A metodologia de ensino da capacitação foi trabalhada através de aulas expositivas, dramatizações, estudos de caso e proposta coletiva de enfrentamento da questão (articulação de saberes e potencialidades), dinâmicas e demonstração prática e técnicas, trabalhos em equipe e visita técnica em outras comunidades. Isso permitiu conhecer a cultura caiçara, apresentada pelos próprios moradores da ilha durante caminhadas leves e percurso de barco. Incluiu almoço caseiro preparado especialmente pela comunidade para apresentar os sabores caiçaras.

Para objeto deste estudo definimos a comunidade da Ilha Diana, em Santos (SP), como alvo principal de pesquisa, porém ressaltamos a experiência da implantação e convívio com outras comunidades. Cita-se: Comunidade do Caruara, Horta Bons Frutos no Jardim São Manoel, ambos em Santos, Bairros Cota em Cubatão (SP) e Comunidade Afro São Roque Caboclo Tupinambá em Bertioga (SP).

## 5. Considerações finais

O turismo constitui, como uma das principais vias de desenvolvimento baseadas no patrimônio cultural e ambiental. Porém, ao mesmo tempo que é um forte aliado, o turismo pode ser um risco para o patrimônio. Por isso é preciso que seja trabalhado com muita responsabilidade e com participação social.

A partir da experiência obtida junto à comunidade, verificou-se que o trabalho conjunto e o monitoramento das atividades de recepção de visitantes proporcionaram o amadurecimento destes integrantes do sistema de turismo receptivo local, bem como da comunidade como um todo para o acolhimento de turistas, cuidando para os mesmos pudessem vivenciar uma experiência genuína do modo de vida local (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992; Funari e Pinsky, 2004).

É patente que muitas pessoas não conhecem as comunidades ao seu entorno, desconhecem as riquezas destes locais, assim como não valorizam e não percebem o valor em tais tradições. Assim, a visitação à comunidade permite testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, modos de vida ou outros aspectos da história e cultura, principalmente, nestes espaços (tradicional e de periferia) que por muitas vezes são excluídos da história e de projeções futuras.

A sociedade atual passa por constantes mudanças sociais, políticas e, principalmente, científicas. Da mesma forma, a atividade de turismo, em particular, deve promover um modelo justo e equilibrado, atualizando-se constantemente para a melhoria da sociedade. Nessa perspectiva, considerando o Turismo Comunitário como possibilidade de geração de emprego e renda, este trabalho possibilita a abordagem científica para o desenvolvimento de comunidades, com o intuito de capacitar, promover, conservar a tão rica cultura ancestral e possibilitar a compreensão do turismo como ferramenta social. Dessa forma, o projeto visou, através do estudo de caso da Ilha Diana, uma abordagem qualitativa, a compreensão do turismo em novas bases, processo organizacional, e um modelo de fortalecimento e implantação de comunidades receptoras de turismo.

A comunidade deve ser planejada em termos de finalidade, construção, segurança, conservação, manutenção e capacitação. Requer estudo técnico do local e da destinação do seu uso. Não podemos ignorar que o turismo sustentável está regido por regras e condutas conscientes que orientam o uso e/ou manejo dessas áreas, e que deste produto final interessa ao morador e ao turista não só o atrativo propriamente dito, mas principalmente no prazer, hospitalidade e superação de expectativas.

É esperado que os resultados deste trabalho possibilitem a compreensão de uma comunidade enquanto parte integrante e indissociável da sociedade como um todo. Deste modo, um possível desdobramento desta investigação enquanto destinos para a prática de turismo e lazer em contato com o ambiente natural e as tradições culturais locais (Berlin, 2017; Marchesini & Cruz, 2012; Marchesini, 2018).

Entender uma comunidade é entender também a nossa sociedade e a nós mesmos, é problematizar o cotidiano que nos cerca, é questionar, afinal, como nos constituímos como grupo social e o que faz de uma comunidade, comunidade. A hipótese mais plausível é que nossa lógica social é construída pela identidade, pela memória e por nossa maneira de entender os símbolos culturais e ambientais.

Ao confrontar-se continuamente com o passado e o presente, a história estabelece uma relação com a memória que se tem do passado. Os diversos estudos historiográficos, por meio de seus métodos e problemas, propiciam ao pesquisador aproximar-se do registro da história com o auxílio da memória individual ou das diversas e diferentes memórias coletivas.

Desta forma, para uma nova fase ou horizonte (nova intervenção), vislumbra-se a execução do trabalho de pesquisa, o qual se mostra capaz de agregar valor à vida de comunidades por meio de uma nova intervenção fundada em valores como a proteção ambiental, da memória e da história local.

Existe a necessidade da busca incansável do conhecimento das memórias, realidades de comunidades tradicionais e de periferias, principalmente com os mais velhos destas comunidades através da história e cultura local, desta forma valorizando estas pessoas e local, trabalhando no compartilhamento desses saberes e focando o empoderamento local e regional.

O (des)envolvimento' que se busca através do turismo comunitário é promover através da preservação ambiental, do patrimônio cultural material e imaterial não se traduz apenas em fomento a atividades econômicas; leva em conta, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida e na valorização das comunidades receptoras.

## Bibliografia

- Ab'Sáber, A. N. A. 2004 "Revanche" das Águas. In: *São Paulo - Ensaios Entreveros*. 1. ed. São Paulo (SP): EdUSP, 2004. p. 207-218.
- Berlin. 2017 *Declaration Transforming Tourism*. Recuperado em 05 mai. 2018 de [http://www.transforming-tourism.org/fileadmin/baukaesten/sdg/downloads/Berlin\\_Declaration.pdf](http://www.transforming-tourism.org/fileadmin/baukaesten/sdg/downloads/Berlin_Declaration.pdf)
- BRASIL. Ministério do Turismo. 2010 *Ecoturismo: orientações básicas*. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo.
- BRASIL. Lei n. 12.690 de 19 de julho. 2012 *Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP*. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm> em 11 de setembro de 2019.
- CAU/SP. 2017 *Patrimônio Histórico Orientação para Serviços Profissionais*. Recuperado de [http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/GT-Patrimonio-Final\\_publicado.pdf](http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/GT-Patrimonio-Final_publicado.pdf) em 17 de junho de 2018.
- Coelho, D. F. 2003 *A história das finanças solidárias*. In: *ANPUH – Simpósio Nacional de História, João Pessoa*.
- Costa, R. 2007 História e memória: a importância da preservação e da recordação do passado. *SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais*, 1(2), 2-15.
- Daibert, A. B. D., & Santana, N. M. C. 2009 Preservar o que é nosso: Memória, Identidade e Nação na indústria do Turismo. In: *IV ANPTUR Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, São Paulo. Anais VI Seminário da Associação Nacional de Pesquisas e Pós-graduação em Turismo: Turismo e Hospitalidade: configuração do campo científico. São Paulo, 2009.
- Favarin, R. A. 2018 *Fundos rotativos solidários: avanços e limites para a construção de finanças solidárias no Brasil* - Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, resumo, Florianópolis.
- Fonteles, J. O. 2004 *Turismo e impactos socioambientais*. São Paulo: Aleph.
- França Filho, G. 2007 Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. *Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários*. 2, 18-20 de abril, Fortaleza, Ceará.
- Freire, M. V. 2013 A importância dos bancos comunitários para a inclusão financeira. *Nesol-USP. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. São Paulo: A9.
- Funari, P. A., & Pinsky, J. (Org.). 200. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto.
- GEM, Global Entrepreneurship Monitor. 2017 *Empreendedorismo no Brasil - relatório executivo*. Curitiba, PR: IBPQ.
- Ginzburg, C. 2013 *Da memória à história*. <https://www.fronteiras.com/videos/da-memoria-a-historia> em 27 de janeiro de 2019.
- Grimm, I. J., & Sampaio, C. A. C. 2016 Turismo comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 62-78.
- Halbwachs, M. 1990 *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

- Hansen, K., Maciente, C., Andrade, D. M., & Lima, J. B. (2019). Inovação e Ação Empreendedora em uma Associação de Catadores de Material Reciclável localizada no Sul de Minas Gerais. *Gestão & Planejamento*, 20(1), 660-676.
- Ialo, G. 2012 *Planejamento financeiro nas organizações*. Recuperado de <http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/planejamento-financeiro-nas-organizacoes/4691/> em 27 dezembro 2021.
- Ichikawa, E., & Santos, L. 2006 Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: Godoi, C, Bandeira-de-Mello, R., & Silva, A. B. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva.
- ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos. 1999 *Carta Internacional sobre Turismo Cultural. Cidade do México*. Recuperado de [http://www.icomos.org/charters/tourism\\_sp.pdf](http://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf) em 17 maio 2018.
- IPHAN. 2018 *Desafios contemporâneos para a gestão do patrimônio*. Recuperado de <http://portal.iphan.gov.br/ac/noticias/detalhes/1019/desafios-contemporaneos-para-a-gestao-do-patrimonio> em 17 maio 2018.
- Laville, J-L. 2009 A economia solidária: Um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 7-47.
- Le Goff, J. 1990 *História e memória*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP.
- Leal, L. A. M. 2012 *Memória, Rememoração e Lembranças em Maurice Halbwachs*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Campus Vitória da Conquista. Recuperado de <http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao18/artigos/045.pdf> em 08 fevereiro 2019.
- Marchesini, R. Cruz, R. 2012 Turismo de Base Comunitária em estuário e manguezal: uma alternativa para o pescador artesanal. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 5(4):762.
- Marchesini, R. 2018 Turismo e Planejamento, *Jornal A Tribuna*, A2, 26 de fevereiro de 2018.
- Marchesini, R. 2002 *Turismo Comunitário: Memória, Ambiente, História e Cultura da Ilha Diana em Santos*. Lato Sensu em História e Cultura no Brasil Contemporâneo: UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Menezes, M. S., & Crocco, M. A. 2009 Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. *Economia e Sociedade*, 18(2)(36): 371-398.
- Minayo, M. C. S. (Org.). 2001 *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nascimento, D. S., & Pedro, G. R. A. (2019). *Comunidade de Pescadores da Ilha Diana*. Recuperado de: <https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos4713.html?cod=53> em 07 de fevereiro de 2019.
- Oliveira, E. M. 2004 Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. *Revista FAE*, 7(2): 9-18.
- OMT. 2001 Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.
- Pagnussatt, A. 2004 *Guia do cooperativismo de crédito – organização, governança e políticas corporativas*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- Pereira, W. M., Crocco, M. A. 2011 Inclusão financeira a partir de moedas locais: um estudo exploratório do Banco Palmas, Fortaleza – CE. In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, 1. Ipea.
- Pinto, R., & Castro, L. L. C. 2013 Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. *Caderno Virtual de Turismo*, 13(2): 213-226.
- Primavera, H. 2002 Riqueza, dinero y poder: el efímero “milagro argentino” de las redes de trueque. In: HINTZE, S. (Org.). *Redes de trueque y economía solidaria*. Sarmiento: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- Pollak, M. 1992 Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3). Rio de Janeiro: CPDOC.
- Rangel, R. R.; Manolescu, F. M. K. (2012). Economia solidária pela perspectiva histórico-teórica. *Educação, Gestão e Sociedade*, (8): 1–30.
- Raposo, J. G. 2014 *Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico: Gestão comunitária e desenvolvimento local*. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendizes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Resende, M. L. C., Sales, C. L., Rocha, L. C., Santos, P., & Couto R. C. 2014 Estrada Real: Um "Lugar de Memória" dos Povos Indígenas. *Tempos Gerais: Revista de Ciências Sociais e História - UFSJ*, (5). Recuperado de [http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/GT-Patrimonio-Final\\_publicado.pdf](http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/GT-Patrimonio-Final_publicado.pdf) em 27 de janeiro de 2019.
- Rodrigues, I. 2017 *Qual a diferença entre Memória e História?* Leitura Obriga História. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=XRDzvu4AAU> em 14 de janeiro de 2019.

- Santos, A. F. L. 2010 Construir, Habitar, Viajar: Reflexões acerca da relação comunicação-turismo comunitário. In: Panosso Netto, A., & Gaeta, C. (Orgs.). (2010). *Turismo de Experiência*. São Paulo: SENAC.
- Silva, Y. F., Lima, F. B. C., & Christoffoli, A. R. 2016 Turismo rural comunitario: gestión familiar y estrategias de consolidación en el estado de Santa Catarina (Brasil). *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 25(4): 1 - 15.
- Singer: 2009 Finanças solidárias e moeda social. In: Feltrim, L. E., Ventura, E. F., & Dodl, A. V. B. (Coord.). 2009. *Perspectivas para a inclusão financeira no Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil.
- Singer: 2002 *Introdução a economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer: 2003 *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- Siqueira, A. C. O., Mariano, S. R. H., Morais, J., & Gorse, G. 2014 Creating Innovative Solutions in Microfinance and the Role of Organizational Ingenuity. In: Honig, B., Lampel, J., Drori, I. (Org.). *Handbook Of Organizational And Entrepreneurial Ingenuity*. Northampton. Edward Elgar Publishing, 1: 203-220.
- Souza, C. P.; Cardoso, F. P.; Leal, A. R. B. R. 2013 Memória Coletiva, Jornal e Tragédia: Vozes em Confronto. In: *Anais do Encontro Nacional de História da Mídia*, Ouro Preto (MG), 2013. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/memoria-coletiva-jornal-e-tragedia-vozes-em-confronto> em 26 de julho de 2019.
- Swarbrooke, J. 2000 *Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental*. São Paulo: Aleph.
- Vieira, N. S., Parente, C., & Barbosa, A. C. Q. (2017). “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*: 100–121.
- Yin, R. K. 2010. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman.

*Recibido:* 14/11/2022  
*Reenviado:* 22/07/2023  
*Aceptado:* 26/07/2023  
*Sometido a evaluación por pares anónimos*